

A atividade turística como uma possibilidade de valorização das identidades

Paula Nora¹

Resumo: Os bens, tangíveis ou intangíveis, que pertencem a um povo, precisam ser identificados para que haja a possibilidade de sua manutenção e de sua preservação. A cultura de uma sociedade, seus hábitos, usos e costumes são bens intangíveis que possuem valores simbólicos importantes para o processo de reafirmação da identidade dos que a compartilham. A relação gerada entre aquele que visita e aquele que é visitado, quando desenvolvida adequada e coerentemente pode servir de instrumento para reafirmação dessas identidades. Possibilita, ainda, através do contato, produtor das diferenças, um entendimento mais amplo e um diálogo mais elaborado acerca da diversidade existente entre eles, conduzindo a uma reflexão sobre os fenômenos sócio-culturais presenciados. Nesse sentido, o presente artigo busca discutir as relações que se estabelecem entre o patrimônio histórico através dos bens intangíveis, a identidade cultural e a atividade turística.

Palavras-chave: cultura; identidade; bens intangíveis; turismo.

1 Introdução

A identidade cultural se refere às representações individuais e coletivas presentes em um determinado grupo social que compartilham atitudes, crenças e valores, ou seja, patrimônios comuns. São as características de um povo, apresentadas pela sua forma peculiar de pensar, agir, falar e, ainda, as representações simbólicas geradas através da convivência estabelecida entre eles. Paradoxalmente, a identidade implica fundamentalmente à diversidade com alguma coisa. Barth (1998) teoriza o tema através do conceito de fronteira étnica, onde as identidades são afirmadas na diversidade, no comparativo entre elementos distintos.

No que se refere à preservação do patrimônio, enquanto características de um povo, percebe-se que está inserido em um processo mais amplo que se trata da recuperação da memória, geradora da manutenção da identidade. (BARRETTO, 2002).

¹ Universidade de Caxias do Sul. E-mail: paula_nora@yahoo.com.br

Analisado sob esta ótica, é preciso haver o contato entre comunidades, a interação entre elas, pois esse mecanismo exerce o papel de reafirmador identitário. Neste contexto, através do resultado advindo das diferenças estabelecidas, que será focado o conceito de identidade neste artigo.

Nesta perspectiva, o turismo pode estar apto a promover a preservação, ou ainda, a recriação de identidades locais, num processo estabelecido através de trocas de valor simbólico. A relação gerada entre aquele que visita e aquele que é visitado, quando desenvolvida adequada e coerentemente, tomando o devido cuidado e atenção para que nenhuma das partes se sinta desvalorizada, pode ser importante e duradoura, no sentido de troca. Esta relação possibilita, ainda, através do contato, produtor das diferenças, um entendimento mais amplo e um diálogo mais elaborado acerca da diversidade existente entre visitantes e visitados, gerando a possibilidade de reflexão sobre os fenômenos sócio-culturais presenciados.

2 Identidade Cultural

A cultura pode ser entendida como a totalidade de padrões, crenças, hábitos, costumes, valores e normas aprendidos e desenvolvidos pelo ser humano, como parte integrante de uma determinada sociedade. Os valores referem-se a conceitos abstratos, enquanto as normas são definidas explicitamente com o intuito de reger o comportamento de uma comunidade no que tange o que é permissível ou moralmente proibido na vida social. De acordo com Durham in Arantes a cultura é “um processo através do qual os homens, para poderem atuar em sociedade, têm que constatemente produzir e utilizar bens culturais. Esta é a única forma pela qual podem organizar a vida coletiva” (1984, p. 28).

Trata-se de um conceito de difícil definição, pois não se refere ao modo como as coisas são feitas e sim em como a coletividade pensa na maneira de o fazê-lo, na racionalidade que se encontra por trás das ações coletivas. Ela pode ser considerada como os conhecimentos que um homem, como parte integrante de uma sociedade, pode adquirir e passar, através de seu poder de memória e racionalidade, para as gerações futuras. Segundo Barretto,

a capacidade de produzir e entender símbolos é, provavelmente, a característica mais distintiva dos grupos humanos, tanto em relação as outras espécies humanas quanto entre os diferentes grupos humanos existentes (p. 19, 2007).

Trata-se de uma característica fundamentalmente humana, pois apenas os seres racionais possuem habilidade de refletir sobre sua própria realidade, desenvolver uma memória coletiva e, ainda, guiar as ações respondendo às suas necessidades e desejos. É um sistema complexo, ordenado e sincronizado.

A cultura é, também, o efeito das opções eleitas pelo ser humano para ordenar e dar sentido a vida em sociedade, dentre inúmeras escolhas que poderiam ser feitas, conscientes ou não, para a realização de uma mesma atividade. É, portanto, o resultado da capacidade de pensamento humano.

A identidade cultural refere-se às representações individuais e coletivas presentes em um determinado grupo social quando compartilham valores e atitudes, que se tratam dos seus patrimônios comuns. São os elementos que caracterizam um grupo, através de seu modo de ver, pensar, agir, falar, e, ainda, as representações simbólicas geradas através da convivência estabelecida entre eles. Barretto fundamenta:

O conceito de identidade implica o sentimento de pertença a uma comunidade imaginada, cujos membros não se conhecem, mas partilham importantes referências comuns: uma mesma história, uma mesma tradição (p. 96, 2007).

Barth (1998), afirma que "os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação, realizados pelos próprios atores e, assim, têm característica de organizar a interação entre as pessoas" (p.189, 1998). Refere-se à análise da auto-percepção da coletividade em relação a si própria, no que diz respeito a suas raízes e história, seu presente e, ainda, as possibilidades futuras, juntamente com os valores intrínsecos a essa comunidade. Para este autor a identidade é entendida sob o prisma das relações sociais estabelecidas entre comunidades, sendo também,

um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar as suas trocas. Também para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural. Uma cultura particular não produz por si só uma identidade diferenciada, esta identidade resulta unicamente das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações (Barth, 1998, p. 182).

Paradoxalmente, a identidade implica, igualmente, à diversidade com alguma coisa, necessitando ser passível de comparação. Assim, Barth (1998) teoriza o tema através do conceito de fronteira étnica. Para ele, as identidades são afirmadas nas diferenças, no confronto entre variáveis distintas e, não, nas semelhanças.

O sentimento de pertencimento a um grupo, dessa forma, faz sentido quando os seus membros se deparam com elementos distintos, na divergência paralela ao seu modo de executar determinada atividade. A identidade, portanto, é reforçada na comparação, fazendo-se análises em relação às outras, através da identificação das oposições existentes entre elas, não havendo o enfoque nas semelhanças visíveis e palpáveis. O autor sustenta, ainda, que a identificação acompanha, numa dialética, a diferenciação.

Vale ressaltar que o fundamental para este tipo de estudo não está situado nos traços culturais particulares e específicos de determinados grupos ou comunidades, mas, sim, nas divergências presentes nos sistemas de códigos que faz um grupo afirmar sua identidade na diversidade de características existentes em relação ao outro.

3 Bens intangíveis como patrimônio cultural de uma comunidade

Conceitua-se como patrimônio todo o conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possuem (BARRETTO, 2002). Este conceito pode ser dividido em patrimônio natural, referente às riquezas pertencentes ao solo ou subsolo, florestas e jazidas; e patrimônio cultural, incluindo os bens tangíveis e intangíveis. Segundo o Iphan (2007), o Patrimônio Cultural

não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis.

A promoção e a proteção dos monumentos, sítios históricos e obras de arte, entre outros, já é reconhecida mundialmente. Os seres humanos, porém, não produzem apenas bens palpáveis. A história, as vestes de um povo, as formas de relacionar-se, o folclore, as línguas, as festas, as tradições orais, os sons, os rituais, a música, a dança, a gastronomia, a medicina tradicional, os jogos populares e outros aspectos e manifestações humanas, da mesma forma, necessitam de proteção, pois se tratam, igualmente, de uma importante herança cultural transmitida através das gerações, conceituada como patrimônio imaterial. Laraia considera que “o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural” (2001, p.68.) De acordo com Barretto,

há consenso de que a noção de patrimônio cultural é muito mais ampla, que inclui não apenas os bens tangíveis como também os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, e não só aquilo que representa a cultura das

classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos (2002, p. 11).

Nesse sentido, o patrimônio imaterial representa este conjunto de elementos da cultura tradicional que as comunidades consideram como parte da sua identidade coletiva e que podem ser transmitidos oral ou gestualmente ao longo da sua história. Segundo o Iphan (2007), o Patrimônio Cultural Imaterial é definido como:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Para alguns povos o patrimônio imaterial é a única fonte capaz de ligar sua vida à sua história, fazendo com que sua identidade seja preservada e difundida.

Em tempos de globalização, a sobrevivência da diversidade cultural pode contribuir para o alcance de um mundo plural onde as comunidades sejam capazes de manter sua identidade, consolidando seus valores, hábitos e costumes, bem como sua forma particular de desenvolvimento de atividades ao longo do tempo. O Iphan (2007), conclui que o Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e é recriado constantemente, fazendo com que surja um sentimento de identidade e de continuidade, fixando valores e promovendo a diversidade cultural.

No entanto, isso não significa dizer que os bens são imutáveis. Ao contrário, cada grupo, em princípio individualmente, para uma posterior coletividade, é possuidor de uma cultura peculiar, que será modificada na direção que os valores e crenças de seus participantes forem alterados. Trata-se do efeito das ações e dos relacionamentos inter e/ou intragrupal, vivenciados pelos indivíduos enquanto parte integrante de um sistema social dinâmico, em maior ou menor escala, variando em cada comunidade.

Os aspectos imateriais da cultura são decisivos para a manutenção das identidades, entretanto, são vulneráveis. Inúmeras manifestações desapareceram e, outras, correm o risco de se perderem no tempo. Para minimizar as ações neste sentido é necessário desenvolver variadas formas de promoção cultural, com o intuito de resgatá-las, valorizá-las e, em última instância, preservá-las.

Alguns autores que discorrem sobre patrimônio imaterial, apontam que os processos de produção cultural são tão importantes quanto o patrimônio material, pois os bens materiais tornam-se uma categoria social quase vazia quando desprovidas de seus valores culturais imateriais (CANCLINI, 1999; PRATS, 1998; YAZIGI, 2003).

A identificação, o reconhecimento, a valorização e, a conseqüente preservação das riquezas intangíveis são ações fundamentais para a disseminação do patrimônio imaterial. A Unesco (2008), através de seu *site*, anuncia a importância da manutenção das identidades e da proteção da cultura imaterial, pretendendo consolidar instrumentos e mecanismos que conduzam ao reconhecimento e a defesa deste tipo de patrimônio.

Além de inventariar, gravar, registrar e arquivar, a Unesco (2008) considera que uma das formas mais eficazes de se preservar o patrimônio intangível é garantindo que os seus portadores possam continuar a produzi-los e a transmiti-los.

O tombamento é utilizado no intuito de assegurar a manutenção e a conservação de bens, porém, é restrito ao patrimônio material devido às suas características específicas. Dessa forma, é um processo inapropriado para a preservação de práticas culturais intangíveis, por possuírem sua própria dinâmica e lógica.

Assim, o fenômeno turístico surge com elo de ligação, de incentivo e de preservação das culturas imateriais, pois em cada visitação existe uma possibilidade de troca, de conhecimento e de propagação de culturas diversas. Da mesma forma que possibilita a relação dos visitantes com os visitados, pode fazer com que as comunidades se apropriem de sua própria cultura, dando-lhe o devido valor, e, assim, instigar a sua perpetuação.

4 Um breve histórico do turismo sob o enfoque da cultura

A proto-história do turismo, situada dos primórdios da humanidade até a Revolução Industrial, é indicador de que os povos da antiguidade já praticavam viagens. Por motivos diversos e através de facilitadores diferentes, foram capazes de percorrer longas distâncias em busca de seus objetivos. Essa mesma história apresenta as transformações ocorridas nas relações entre turistas e anfitriões, principalmente pela crescente busca e valorização do singular, do único e do genuíno, vinculando as escolhas turísticas à preservação da identidade.

A Revolução Industrial sinalizou para o capitalismo organizado. Foi a partir dela que se verificou a criação de uma classe média e o aumento relativo do tempo livre. O motor a vapor que, nos transportes, foi utilizado primeiramente na navegação e em seguida nas locomotivas, reduziu o tempo e as incertezas das viagens, ampliando-as consideravelmente. O trem trouxe mais conforto e velocidade alterando, conseqüentemente, suas práticas. No que se refere ao turismo, a contribuição mais importante está ligada à evolução dos meios de

locomoção. Neste sentido, o avanço tecnológico anda de mãos dadas com o seu desenvolvimento.

A palavra turismo, porém, apareceu a partir do século XIX e atingiu seu ápice após a Segunda Guerra Mundial, através das atividades de massa, quando a situação econômica ficou praticamente normalizada na Europa. O lazer apresentou-se como um promovedor de recompensa do sofrimento gerado neste período. Ao mesmo tempo, o turismo passou a ser visto como um gerador de paz mundial. Para Khatchiakian (2000), o seu auge se deve às particularidades da sociedade contemporânea, que, orientada no sentido hedonista da vida, procurava por cultura e lazer. Com ele é trazida a padronização, a indiferenciação de produtos e serviços e a venda das viagens por operadoras em pacotes fechados. A partir de 1950 estudiosos como Fuster (1971) e Sessa (1983) escreveram no intuito de esclarecer o veloz desenvolvimento vivido pelo turismo. Desta forma, as transformações culturais, produzem mudanças na coletividade e, conseqüentemente, no funcionamento do turismo, tornando-se necessárias adequações às realidades geradas.

O conceito de turismo alternativo surgiu em contraposição ao processo avassalador gerado pelas massas, propondo novas formas de o fazê-lo. Isto se sucede mediante um menor número de visitantes, levando em consideração a possibilidade de igualdade entre anfitriões e visitantes e dando destaque ao contato social. Pensa-se nos fatores sócio-econômicos concomitantemente com a necessidade de preservação do ambiente, seja ele natural ou cultural. Sua essência é multifacetada, a tipologia não é vasta e a literatura, restrita. Tornou-se evidente a necessidade de se pensar em um turismo com critérios coerentes, produzindo formas mais adequadas de integração, para a recuperação de fatores, colocados em risco, pelo processo desenfreado gerado anteriormente.

A análise de teorias turísticas torna-se fundamental para que haja investigação acerca do fenômeno, enfocando o ser humano como objeto central. Caso não haja a interação do homem com a infra-estrutura gerada pelo turismo, o que acontecerá será meramente um fato turístico. Segundo Panosso Netto,

o sujeito do turismo é o ser humano. Mas devemos ressaltar que é o ser humano abordado com toda sua carga cultural, com sua história e com suas experiências de antes, durante e depois da viagem. Esse sujeito do turismo não passa a ser objeto somente enquanto se desloca ou está na região de destino (2005, p. 30).

Nesse sentido, o mesmo autor, propõe através do “estudo de algumas teorias”, a configuração de uma temática chamada teorografia, que se encarrega da análise de materiais

escritos sobre o deslocamento humano. É ressaltada ainda, a importância da filosofia, como pilar de sustentação da pesquisa por se tratar de uma reflexão elementar acerca do ser humano e do mundo.

Na atualidade, fala-se em mesclar metas político-econômicas, culturais e educacionais, aliadas ao fomento do turismo. Mediante essas iniciativas, algumas comunidades já tem se beneficiado, estimulando sua economia concomitantemente com o fortalecimento de sua auto-imagem. As modificações geradas pela atividade turística, através do envolvimento entre visitantes e visitados, além dos demais processos trazidos ou provocados por essa atividade, podem ser irreversíveis. Desta forma, é unânime a necessidade de planejamento e administração cuidadosos para que haja a minimização da possibilidade de se produzir danos indesejados. Isto poderá ser alcançado através do conceito de turismo alternativo que, como, supra citado, surge em oposição ao turismo de massa. De acordo com Oxinalde o turismo alternativo é

un turismo consciente y responsable, que observa un gran respecto por las características del país anfitrión y por la idiosincrasia de su población. El turismo blando incorpora una nueva ética del turismo y del turista, la sensibilidad hacia la naturaleza, la cultura e las formas de vida de las poblaciones receptoras. El turismo blando significa descanso y beneficio óptimo para la población visitante e la población visitada (1994, p. 29),

Ainda, conforme o autor, para que o turismo alternativo possa ser realizado deve-se levar em conta algumas condições fundamentais. A política de desenvolvimento turístico precisa estar alinhada com os interesses da comunidade, como forma de beneficiá-los, evitando macros empreendimentos e especulações de capital estrangeiro. Há que se relevar à importância da proteção ambiental, social e cultural como meio de manutenção do desenvolvimento turístico em longo prazo.

Esta abordagem tem a ver com atividades rigorosamente pré-determinadas, praticadas mediante um pequeno número de pessoas, de caráter qualitativo e personalizado.

O turismo, analisado segundo a ótica do turismo alternativo, poderá ser de suma importância no auxílio da manutenção e da preservação das identidades, através da valorização de seus próprios membros, no intuito de difundir e de dar significado à culturas plurais.

5 A Preservação do Patrimônio Histórico Intangível através da Atividade Turística

Barreto (2007) relaciona patrimônio com os bens deixados pelos pais aos seus filhos ou de uma pessoa para seus descendentes diretos, ou ainda, como o conjunto de bens pertencentes a pessoas ou instituições. Podem ser classificados como patrimônio público, nacional ou privado. Qualquer um deles pode, ainda, ser classificado como patrimônio natural ou cultural. O primeiro refere-se às riquezas do solo e subsolo. O segundo, foco deste artigo, possui vários subtipos, entre eles: patrimônio histórico, arqueológico e industrial.

O patrimônio histórico refere-se a um bem móvel, imóvel ou natural que possua valor significativo para a sociedade que o possui e a sua representação na história. Ele está presente na cultura de um povo, nos ciclos de seu desenvolvimento econômico e social, nas suas obras e nas suas edificações.

A conservação deste patrimônio está inserido dentro de um processo maior, que se refere à preservação e recuperação da memória, geradora da manutenção da identidade de um povo. Barreto acredita que:

Manter algum tipo de identidade – seja étnica, local, regional, religiosa, ideológica, artística – parece ser essencial para que as pessoas se sintam seguras, unidas aos seus antepassados ou aos seus semelhantes por laços extemporâneos que transcendem o espaço geográfico, a costumes e hábitos que lhes dêem segurança, que lhes informem de onde vêm; enfim, para que as pessoas não se percam no turbilhão de informações, mudanças repentinas e quantidade de estímulo que o mundo atual oferece (2007, p. 97).

Os conceitos de memória e identidade estão, assim, intrinsecamente unidos. Um, utiliza-se do outro para se abastecer e, conseqüentemente, fortalecer as manifestações e expressões de um povo.

O turismo, quando planejado e executado de forma responsável, pode ser importante para que a memória coletiva e a identidade possam ser resgatas e valorizadas. Ele pode se tornar aliado, no trabalho de preservação do patrimônio histórico imaterial.

Quando transformado em atrativo turístico, os bens imateriais tendem a ganhar um estímulo extra, por parte de cada integrante da comunidade, no que diz respeito à reafirmação de sua história, costumes, hábitos e tradições; fortalecendo, assim, o seu senso de pertencimento e, ainda, a sua própria cultura. De acordo com Barreto:

A continuidade e a contigüidade com o passado dão segurança, permitem traçar uma linha na qual o nosso presente se encaixa, permitem que saibamos, mais ou menos quem somos. Em outras palavras, o patrimônio passou a ser visto como a nossa garantia de identidade (2007, p.98).

Esse processo deve, todavia, priorizar, acima de tudo, os aspectos sócio-culturais referentes ao núcleo receptor, pois não terá valia alguma, pelo contrário, será extremamente prejudicial, a atividade turística praticada de forma incoerente, andando em direção contrária às necessidades e anseios da comunidade local. É importante ressaltar que o turismo, nesse sentido, só acontecerá e gerará frutos positivos quando as metas de desenvolvimento estabelecidas por ele estiverem alinhadas aos desejos do grupo local. Dentro desta perspectiva a mesma autora argumenta que:

A recuperação da memória coletiva, mesmo que seja para reproduzir a cultura local para os turistas, leva, numa etapa posterior, inexoravelmente à recuperação da cor local e, num ciclo de realimentação, a uma procura por recuperar cada vez mais esse passado (2002, p. 47).

Para Funari e Pelegrini “tem se valorizado a opção por medidas conjuntas, adequadas ao envolvimento de atores públicos e privados para garantir a sustentabilidade, o desenvolvimento e a valorização do patrimônio” (2006, p. 59). O turismo é capaz de promover a preservação, ou ainda, a recriação de identidades locais, em um processo estabelecido através de trocas de valor simbólico. A relação gerada entre eles poderá ser duradoura na medida em que os turistas estão buscando, com mais frequência, seu enriquecimento pessoal, advindo através do conhecimento sócio-cultural dos costumes do outro. Essa relação possibilita um entendimento mais amplo, um diálogo mais elaborado acerca das diferenças existentes entre visitantes e visitados.

A atividade turística, nesse cenário, é capaz de revigorar, fortalecer e unir os traços identitários de um povo. Muitos integrantes de uma comunidade puderam, através do turismo, descobrir a história da qual faziam parte. Nessa perspectiva, através da curiosidade dos turistas, perceberam a importância do seu próprio papel no meio em que estão inseridos (BARRETTO 2002).

Diante dessa análise, verifica-se que o patrimônio cultural tem plenas condições de ser utilizado sob a forma de atrativo turístico e, conseqüentemente, unir duas funções distintas, porém, complementares. Para os autóctnes, ele funcionaria como uma forma de revitalização da sua memória e da sua identidade, aprofundando o seu senso de pertencimento. Para os turistas, como possibilidade de conhecer *in loco* a comunidade visitada, fazer reflexões acerca das experiências vividas e das diferenças encontradas na comparação com suas práticas cotidianas, além de discussões posteriores que, poderão colaborar para o desenvolvimento

pessoal e coletivo de ambos, afirmando, através da diversidade, sua importância e seu papel no mundo.

6 Considerações Finais

A relação do sujeito com seu passado e a maneira como se apropria dele é importante não só para si, mas para toda a sociedade, já que as identidades, quando contrapostas, tornam-se elementos potencializadores aos indivíduos que as incorporam.

O patrimônio cultural imaterial apresenta-se, na atualidade, como atração que faz com que muitas pessoas se desloquem de seus locais de origem para conhecer os hábitos, valores, usos e costumes de uma outra comunidade. O turismo surge, então, como um elo de ligação entre as culturas de quem visita e de quem é visitado. Nesse processo, o planejamento é fundamental no intuito de satisfazer as expectativas de anfitriões e convidados, a fim de que sejam produzidas experiências intensas e positivas para ambos.

Em relação à manutenção das identidades, o turismo também pode contribuir, conforme seu planejamento, para a preservação e, até mesmo, para o resgate das memórias locais e o incremento do senso de pertencimento da comunidade receptora. Sentimento, esse, fundamental para que se instaure na sociedade o sentido de preservação e manutenção do seu patrimônio. O turista, enquanto observador ou participante tem a oportunidade de experimentar práticas até então inexploradas, refletindo, inclusive, sobre seu papel no processo de desenvolvimento local. O visitante tem, ainda, a possibilidade de perceber a diversidade e a complexidade cultural, passando a valorizar, igualmente, a sua.

Sob esse enfoque, o desafio encontra-se em conseguir uma estabilidade viável de manutenção destas identidades e o desenvolvimento necessário para o progresso. O equilíbrio entre estas duas variáveis é mais facilmente alcançado quando o turismo é minuciosamente planejado, controlado e reavaliado constantemente.

7 Referências

- DURHAM, Eunice. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.) *Produzindo o Passado*. São Paulo: Brasiliense, 1984. Texto II. p. 23-34.
- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e Suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 187-227.
- BARRETTO, Margarita. *Turismo e Legado Cultural*. 3ª ed. Campinas – SP: Papirus, 2002.
- _____. *Cultura e Turismo*. Campinas – SP: Papirus, 2007.
- CANCLINI, Néstor García. *Patrimônio etnológico: novas perspectivas de estudo*. Andalusia: Consejería de Cultura, 1999.
- IPHAN, *Patrimônio: revista eletrônica do Iphan*. Disponível em: < <https://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 07 jan. 2008.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- KHATCHIKIAN, Miguel. *Historia del Turismo*. Lima: Universidade San Martin de Porres, 2000.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- OXINALDE, Miguel del Reguero. *Ecoturismo. Nuevas formas de turismo en espacio rural*. Barcelona: Bosch 1994.
- PANOSSO NETTO, Alexandre. *Filosofia do Turismo*. Teoria e Epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.
- PRATS, Llorenç. *El concepto de patrimonio cultural: política y sociedad*. Madrid: Universidad de Barcelona, 1998.
- UNESCO. *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*. Disponível em: < <http://unesco.gov.br>>. Acesso em: 14 jan. 2008.
- YAZIGI, Eduardo. *Civilização Urbana, Planejamento e Turismo: discípulos do amanhecer*. São Paulo: Contexto, 2003.